

PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VERSOS E REVERSOS

Valquiria de Sousa Leite Santin
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
Valdocir Antonio Esquinsani
Universidade de Passo Fundo/ UPF
rosimaresquinsani@upf.br

Agências financiadoras: CNPq e Fapergs

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil acompanhou o processo de escolarização massiva de grandes contingentes populacionais. Esta expansão, realizada sobretudo em escolas públicas e para atender principalmente aos filhos das classes economicamente desfavorecidas, foi organizada, na maioria das vezes de forma displicente, desvelando uma contradição alarmante nos sistemas públicos de ensino: a ampliação do número de vagas não caminhou *par-i-passo* com a garantia da qualidade na educação para todas as crianças e jovens que tiveram acesso à escola pública, ou seja, não se trata apenas de acesso, mas de sucesso nos bancos escolares. No contrapasso da situação de esvaziamento da qualidade da escola pública, vem um processo reativo de discussão e proposição de alternativas para tais instituições. Tal processo vem acompanhado da urgência de ressignificar o conceito de qualidade. A reação, encampada por educadores, sindicatos, setores da sociedade civil organizada, também se fez acompanhar por políticas educacionais encetadas por este ou aquele governo, políticas ora inadequadas, ora carentes de uma elaboração mais coletiva, mas que se mostraram, em determinados casos, eficientes no apelo à expansão qualitativa de redes e sistemas de ensino. Neste contexto de redimensionamento do próprio papel da escola pública, a questão da qualidade parece emergir como elemento da democratização do saber. Não basta colocar todos na escola, mas sim discutir e procurar formas qualitativas de atender a expansão da escolarização. Dentro deste debate, algumas políticas educacionais voltadas para a qualidade da escola pública basearam-se em experiências educacionais desenvolvidas acerca de um tema recursivo na história das idéias e práticas pedagógicas: a escolarização em tempo integral. O texto apresentado construiu-se a partir de uma pesquisa qualitativa sobre um estudo de caso: o acompanhamento da implementação de escolas em tempo integral no município de Passo Fundo / Rio Grande do Sul, pela administração municipal 2005-2008. A pesquisa pauta-se pela urgente necessidade de retomar a discussão da qualidade em redes e sistemas públicos de ensino, buscando interpretar experiências, inventariando possibilidades de alteração no padrão de qualidade da escola ofertada pelo poder público. A aguda situação da qualidade do ensino ofertado em estabelecimentos públicos e a dicotomia entre o acesso e o sucesso na escola pública se transforma em uma equação que merece atenção de pesquisadores envolvidos com a área da educação. Tal pesquisa é desenvolvida dentro de duas abordagens específicas: a análise de conteúdo e a revisão bibliográfica. Apresentando conclusões parciais, o texto centra-se na revisão bibliográfica acerca do tema qualidade na educação, problematizando o conceito para posterior análise do sentido do termo 'qualidade' na proposta de escolarização em tempo integral. Dentre os resultados parciais da pesquisa, sublinha-se a questão da qualidade, que passa por uma experiência escolar que atenda, de fato, a uma perspectiva de formação ontológica do ser humano e, deste ponto de vista, a escolarização em tempo integral parece atender a requisitos mínimos para ser uma experiência de qualidade no ensino público.

Palavras-chave: conceito – qualidade – escola pública

ABSTRACT

FOCUSING THE PROBLEM OF CONCEPT OF QUALITY IN THE BASIC EDUCATION: VERSES AND REVERSES

From the second half of century XX, Brazil followed the process of provide school education to great population contingents. This expansion, carried specially in public schools and to take care of to the children of the economically disfavored classrooms, was organized, most of the time on a negligent form, revealing an alarming contradiction in the public systems of education: the magnifying of the vacant number did not walk *par-i-passo* with the education's quality guarantee for all the children and young who had access to the public school, or either, is not only about access, but success in the school banks. In the contrast of the emptying situation of the public school's quality, it comes a reactive process of quarrel and proposal of alternatives for such institutions. Such process comes followed of the urgency to redefine the quality concept. A reaction, expropriated for educators, unions, sectors of the organized civil society, also became to follow for educational politics supported by this or that government, inadequate, however devoid politics however of a more collective elaboration, but that revealed, in definitive cases, efficient in the appeal to the qualitative expansion of the education's nets and systems. In this context of finding a new dimension of the proper paper of the public school, the question of the quality seems to emerge as element of the democratization of knowing. It is not enough put everyone in the school, but to argue and to look qualitative forms to take care of the expansion of the school education. Inside of this debate, some educational politics directed toward the quality of the public school had been based on developed educational experiences concerning a present subject in the history of the pedagogical practical ideas: the school education in integral time. The presented text was constructed from a qualitative research on a case study: the accompaniment of the implementation of schools in integral time in the city of Passo Fundo/Rio Grande Do Sul, through municipal administration 2005-2008. The research is guided for the urgent necessity to retake the quarrel of the quality in education's nets and public systems, trying to interpret experiences, inventorying possibilities of alteration in the standard of quality of the school offered for the public power. The acute situation of the quality of the education offered in public buildings and the dichotomy between the access and the success in the public school becomes an equation that deserves the attention of researchers involved with the area of the education. Such research is developed inside of two specific boardings: the analysis of content and the bibliographical revision. Presenting partial conclusions, the text centers in the bibliographical revision concerning the subject education's quality, focusing the problem of concept for further analyzes of the meaning of the term "quality" in the proposal of school education in integral time.

Key-words: concept - quality - public school

“O ensino público deve ser protegido precisamente porque é um serviço público, nossa única oportunidade de asseverar o bem comum como o mais alto princípio da política educacional” Connell

O Brasil acompanhou, ao longo da segunda metade do século XX, o processo de escolarização massiva de grandes contingentes populacionais. Tal processo, desencadeado em instituições públicas de sobremaneira, veio acompanhado de um significativo esgotamento das responsabilidades da escola, “expresso [...] pelas instalações precárias de seu ambiente físico, pela redução da jornada e multiplicação dos turnos, pela desorientação didático-pedagógica e pela baixa qualidade da formação dos professores” (Cavaliere, 2002, p.248).

Esta expansão massiva da escola pública realizada para atender, sobretudo, os filhos das classes economicamente desfavorecidas foi organizada, na maioria das vezes, de forma displicente, assentando-se no critério quantitativo de aumento do número de salas de aula e na readequação e racionalização do espaço físico das já existentes. Tal situação desaguou na consolidação da “... baixa qualidade prática e simbólica do sistema de educação fundamental pública” (Cavaliere, 2002, p.248).

Em outras tantas vezes, tal expansão sem qualidade foi feita desordenadamente, de maneira a garantir votos, atender demandas particularizadas ou responder a pressões de determinados bairros, por exemplo, isto tudo de um ponto de vista eleitoral. Quando se fala em eleitoral, a idéia subjacente é de uma ação endereçada apenas a fins eleitorais ou, no mínimo, que se preocupa mais com as eleições que com a ação que está sendo desenvolvida.

Esta expansão, ora desordenada (carecendo de um planejamento à longo prazo), ora calcada em critérios puramente qualitativos (racionalização de números e espaços), foi feita às expensas de uma ampla discussão comprometida com critérios de qualidade. Isto porque, de acordo com Oliveira e Araújo,

... nunca houve, de fato, um debate público consistente sobre a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela escola pública brasileira. Os nossos políticos primaram pela construção de escolas para toda a população, sem que fosse dada a ênfase necessária na questão da qualidade do ensino a ser oferecido por essas escolas (2005, p.09)

Assim e a despeito do aumento quantitativo de escolas, o cenário colocado é de paradoxo, pois desvela uma contradição alarmante nos sistemas públicos de ensino: a

ampliação do número de vagas não caminhou *par-i-passo* com a garantia da qualidade na educação para TODAS as crianças que tiveram acesso à escola pública. Ou seja, não se trata apenas de acesso, mas de sucesso nos bancos escolares pagos pelos impostos públicos.

A expansão quantitativa da escola pública chegou a um patamar assustador, esvaziando a instituição de outras preocupações que não a mera burocracia escondida por trás da discussão sobre vagas e número de alunos em sala de aula, questões que têm convertido boa parte das escolas em um ‘depósito’ de meninos e meninas. Urge retomar a discussão da qualidade em redes e sistemas públicos de ensino, buscando interpretar experiências, inventariando possibilidades de alteração no padrão de qualidade da escola ofertada pelo poder público.

Destarte, o texto apresentado construiu-se a partir de uma pesquisa qualitativa sobre um estudo de caso, desenvolvido dentro de duas abordagens específicas: a análise de conteúdo e a revisão bibliográfica, sendo que a intenção explícita do texto recai sobre uma discussão temática mínima acerca da qualidade na educação básica pública.

Como princípio de uma discussão mínima, é preciso considerar que ...

De um ponto de vista histórico, na educação brasileira, três significados distintos de qualidade foram construídos e circularam simbólica e concretamente na sociedade: um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à idéia de fluxo, definido como número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a idéia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala (Oliveira; Araújo, 2005, p.08)

Se tomarmos como parâmetro o modelo acima referido, o primeiro significado – ou a oferta ampla de oportunidades de escolarização -, trata-se de uma pauta amplamente discutida e já incorporada às demandas da educação nacional, pois ninguém ousa questionar a necessidade de assegurar o direito à escolarização.

Todavia, o segundo e o terceiro pontos estão ligados a uma nova pauta de discussão acerca do tema 'qualidade', tendo em vista que não foram suficientemente discutidos, nem amplamente superados.

A aguda situação da qualidade do ensino ofertado em estabelecimentos públicos e a dicotomia entre o acesso e o sucesso na escola pública se transforma em uma equação que merece atenção de pesquisadores envolvidos com a área da educação, pois

O primeiro impasse do ensino fundamental público no Brasil diz respeito à necessidade de se criar um novo modelo de referência de

"qualidade escolar", em que o ensino para todos possa significar, genuinamente, "ensino de qualidade para todos" (Arelaro, 2005, pp. 1047-1048)

No contrapasso da situação de esvaziamento da qualidade da escola pública, vem um processo reativo de discussão e proposição de alternativas para tais instituições. Tal processo vem acompanhado da urgência, segundo Rios, de *"qualificar a qualidade, refletir sobre a significação de que ela se reveste no interior da prática educativa"* (2001, p.21).

A reação, encampada por educadores, sindicatos, setores da sociedade civil organizada, também se fez acompanhar por políticas educacionais encetadas por este ou aquele governo, políticas ora inadequadas, ora carentes de uma elaboração mais coletiva, mas que se mostraram, em determinados casos, eficientes no apelo à expansão qualitativa de redes e sistemas de ensino.

Neste contexto de redimensionamento do próprio papel da escola pública, a questão da qualidade parece emergir como elemento da democratização do saber. Não basta colocar todos na escola, mas sim discutir e procurar formas qualitativas de atender a expansão da escolarização.

A ampliação das funções da escola, de forma a melhor cumprir um papel sócio-integrador, vem ocorrendo por urgente imposição da realidade, e não por uma escolha político-educacional deliberada. Entretanto, a institucionalização do fenômeno pelos sistemas educacionais [...] envolverá escolhas, isto é, envolverá concepções e decisões políticas. Tanto poderão ser desenvolvidos os aspectos inovadores e transformadores embutidos numa prática escolar rica e multidimensional, como poderão ser exacerbados os aspectos reguladores e conservadores inerentes às instituições em geral (Cavaliere, 2002, p.250)

Dentro deste debate, algumas políticas educacionais voltadas para a qualidade da escola pública basearam-se em experiências educacionais desenvolvidas acerca de um tema recursivo na história das idéias e práticas pedagógicas: a escolarização em tempo integral.

Para compreender a gênese da educação integral a partir da ação de escolas em tempo integral pensada e concretizada no Brasil, torna-se obrigatório o olhar para o alcance do legado intelectual do educador baiano Anísio Teixeira (1900-1971), que abrange diferentes aspectos da educação e do pensamento social brasileiro, tendo sido Anísio o primeiro educador a discutir a possibilidade (e a concretizar tal proposta) de escolas públicas em tempo integral para educar a população.

O então governador da Bahia, Otávio Mangabeira, no final de década de 1940, solicitou ao seu Secretário de Educação e Cultura, Anísio Teixeira, que elaborasse um sistema para resolver a crescente demanda por vagas nas escolas públicas.

A solicitação coincide com a necessidade de (re) pensar a escola aos moldes do que a sociedade urbana e industrial nascente precisava, o que envolvia novos currículos, novos programas e novos docentes. Anísio respondeu à solicitação do governador com os olhos voltados para um projeto novo, apresentando a primeira célula do que denominou Centro de Educação Popular (o modelo de Salvador). Para ele, este Centro deveria ser a primeira demonstração da passagem da escola de poucos para a escola de todos.

Tal centro deveria oferecer à criança, ao longo do ano letivo regular, dias inteiros em atividades divididos em dois períodos: um de instrução seguindo o currículo escolar, nas chamadas Escolas Classe; e o outro período em trabalhos, educação física, atividades sociais e artísticas, na chamada Escola Parque. A idéia era de que o Centro funcionasse como um semi-internato, recebendo os alunos às sete e meia da manhã e devolvendo-os às famílias às quatro e meia da tarde.

O projeto capitaneado por Anísio Teixeira constitui-se na primeira experiência brasileira de educação pública em escolas de turno integral, sendo que, ao longo da história da educação brasileira, outras experiências foram vivenciadas no Brasil. Além do mencionado Centro Educacional "Carneiro Ribeiro" (Escola Parque), na Bahia (anos 50), há ainda: os Ginásios Vocacionais, em São Paulo (década de 1960); os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), no Rio de Janeiro, em 1982; e os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Ciacs), programa federal implantado em vários estados brasileiros a partir de 1991 (Di Giovanni; Souza, 1999).

O tema da educação integral, forjada pela ação das escolas em tempo integral, é um tema recursivo que nunca abandonou completamente o campo dos debates educacionais (sobretudo no que tange à escola pública).

Da mesma forma, assume-se a relevância do assunto na atualidade, com base em recentes experiências de escolas em tempo integral ainda sendo desenvolvidas (e defendidas) em diferentes cidades, como no caso de Canela/RS (adm. 2001-2004 e adm. 2005-2008); Apucarana/PR (adm. 2005-2008) e Pato Branco/PR (adm. 1997-2000), o projeto Escola de Tempo Integral do governo do Estado do Rio Grande do Sul (adm. 2002-2006); além do próprio projeto de escolas em tempo integral da rede pública municipal de Passo Fundo/RS (adm. 2005-2008).

A preocupação recorrente com pesquisas e estudos acerca de experiências que envolvam o tempo integral enquanto princípio de organização da escola, tem sua gênese na convicção de que a questão da qualidade passa por uma prática escolar que atenda, de fato, a uma perspectiva de formação ontológica do ser humano e, deste ponto de vista, a escolarização em tempo integral parece atender a requisitos mínimos para ser uma experiência de qualidade no ensino público.

Diante da quase universalização do acesso à etapa obrigatória de escolarização, bem como dos reiterados episódios trazidos pela imprensa e vividos no cotidiano escolar quanto aos alunos que estão na escola, mas não se apropriam do mínimo indispensável para viver em sociedade, parece que o grande desafio do atual momento histórico, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re) produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social (Oliveira; Araújo, 2005, pp.16-17)

É bom enfatizar, entretanto, que a simples experiência de escolarização em tempo integral não é sinônimo de qualidade na educação. Outras questões de fundo também precisam emergir, como a formação docente inicial e continuada; o financiamento (as prioridades para os recursos destinados à educação); as condições físicas de uma escola (e quem disse que o espaço não é importante para qualidade?!), enfim, uma série de condicionantes que determinam (articuladamente) a qualidade na educação.

Nas palavras de Freire, é preciso "...trabalhar lucidamente em favor da escola pública, em favor da melhoria de seus padrões de ensino, em defesa da dignidade dos docentes, de sua formação permanente (1995, p. 50). Tal situação, contudo, pede um comprometimento efetivo de professores, pais, comunidade em geral e, de sobremaneira, gestores.

Assim, independente da forma de organização dos tempos e espaços escolares e à revelia de qualquer experiência, a qualidade da escola pública precisa ser assegurada através de elementos centrais, bem descritos no roteiro abaixo:

- 1. biblioteca com materiais instrucionais e livros em quantidade e qualidade suficientes;*
- 2. professores com formação superior, satisfeitos com sua remuneração e que não precisem dividir sua carga horária entre duas ou mais escolas;*

3. *professores que não atribuem os resultados de aprendizagem às famílias, mas sim ao seu próprio desempenho ou ao desempenho dos estudantes;*
4. *prática formal de avaliação de desempenho dos alunos;*
5. *agrupamento de alunos por critérios de heterogeneidade;*
6. *ambiente de aula adequado com respeito e convivência harmônica;*
7. *envolvimento dos pais no cotidiano escolar* (UNESCO, 1998, apud. Oliveira; Araújo, 2005, p.20).

Tais elementos podem ser desenvolvidos em experiências de tempo integral, mas também em experiências de turnos regulares de ensino, justo porque a idéia central da qualidade, pelo roteiro acima referido, não é o tempo/espaço das aulas, mas uma conjugação de fatores (e do necessário atendimento a TODOS estes fatores).

Disto resulta que: qualidade na educação não está descolada de experiências escolares plenamente exitosas e estas, não estão desligadas de uma série de condições que, se incluem a escolarização em tempo integral, não se resumem a ela, lançando importantes marcos para o debate e a incorporação da demanda por escolas públicas de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. *Educação e Sociedade*. Unicamp, Campinas, São Paulo, 2005, vol. 26, no. 92, pp. 1039-1066.
- CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol.23, n.81, p.247-270, dez.2002.
- DI GIOVANNI, Geraldo e SOUZA, Aparecida Neri de. Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol.20, n.67, p.70-111, ago. 1999.
- FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação / ANPED*, Rio de Janeiro, n. 28, 2005. p.05-23.
- RIOS, Terezinha Azeredo Rios. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001